

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

DEBORA BORGES CAVALCANTE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO PROGRAMA
ESCOLA ATIVA.**

SÃO CRISTOVÃO-SE
2016

DEBORA BORGES CAVALCANTE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO PROGRAMA
ESCOLA ATIVA.**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lianna Melo Torres

SÃO CRISTOVÃO-SE
2016

DEBORA BORGES CAVALCANTE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DO PROGRAMA
ESCOLA ATIVA.**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Lianna de Melo Torres
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação
Orientadora

Prof.^a Dra. Marizete Lucini
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação
Primeira Avaliadora

Prof. Dr. José Mário Aleluia de Oliveira
Universidade Federal de Sergipe – Departamento de Educação
Segundo Avaliador

Meus agradecimentos

Ao formidável Senhor Jesus, por Ser e Estar comigo todos os dias da minha vida até a consumação dos séculos, dando-me graça, força e vitórias!

A minha mãezinha Edisia, coluna em minha vida e que sempre foi a minha maior incentivadora a prosseguir independente das circunstâncias e adversidades da vida.

Ao meu amor, meu eterno amor, Leonio, meu paizinho querido, que foi promovido ao reino dos céus!

Ao meu Samuel, meu filho lindo e grande amor da minha vida!

Ao meu esposo, Alexsandro, por ser instrumento para me proporcionar grandes aprendizagens.

Aos meus irmãos, Leonardo e Talvane, por fazerem parte da minha vida e da minha história.

A minha orientadora professora Dr^a Lianna Melo Torres, por me conduzir o caminho a que precisava trilhar, sendo peça fundamental para o desenvolver deste trabalho.

Aos professores Marizete Lucini e José Mário Aleluia de Oliveira que fazem parte da banca examinadora.

As amigas/irmãs que são minhas intercessoras e sustentam-me através de suas orações, em especial a você Eliane Silva, eu te amo!

Aos meus familiares, amigos e colegas que sempre torceram por mim, um abraço, vocês são bençãos em minha vida!!!

E a mim! Por nunca ter desistido! Tropecei, cambaleei, mas não parei, e aqui cheguei!!!

Glórias à Deus, infinitamente, GLÓRIAS À DEUS!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável para Agricultura Familiar

CNE – Conselho Nacional de Educação

EDURURAL – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

FAP - Ficha de Acompanhamento e Progresso

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

GPT – Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo

IPES – Instituições Públicas de Educação Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PEA – Programa Escola Ativa

PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

ZAP – Zonas de Atendimento Prioritário

RESUMO

A presente monografia teve por objetivo investigar se o Programa Escola Ativa, programa do Ministério da Educação, atende aos princípios pedagógicos da Educação do Campo definidos pelo MST. A questão central da pesquisa foi: como o Projeto Base do Programa Escola Ativa (MEC/SECADI,2010) incorpora a concepção de educação rural do MST. O estudo foi realizado numa perspectiva de pesquisa qualitativa, no formato metodológico de pesquisa documental tendo sido analisados Cadernos SECADI 2; cadernos produzidos pelo próprio Movimento, o Projeto Base Escola Ativa e o Caderno de Orientações Pedagógicas para formação de educadoras e educadores. Como conclusão o estudo indicou que o Programa Escola Ativa, teoricamente falando, corresponde aquilo que é proposto pela Educação do Campo no MST, no entanto, vale ressaltar a necessidade de se investigar a possibilidade de que essas propostas ocorram na prática, devendo ser levado em consideração, as diferenças sociais, culturais e econômicas, nas regiões onde o Programa for implantado.

Palavras-chave: educação do campo – escola ativa

ABSTRACT

This thesis aimed to investigate the Active School Program, Ministry of Education program, meets the pedagogical principles Field of Education defined by the MST. The central research question was: how the Base of Active School Program Project (MEC / SECADI, 2010) incorporates the design of rural MST education. The study was conducted on a qualitative perspective, the methodological format of documentary research have been analyzed Notebooks SECADI 2; notebooks produced by the Movement itself, the Project Base Active School and Pedagogical Guidance Booklet for training educators. In conclusion the study indicated that the Active School program, theoretically speaking, corresponds to what is proposed by the Rural Education in the MST, however, it is worth emphasizing the need to investigate the possibility that these proposals take place in practice and should be taken into consideration the social, cultural and economic differences in the regions where the program is deployed.

Keywords: rural education - active school

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
 CAPÍTULO I	
 COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO: A VERSÃO OFICIAL E A VERSÃO DO MST.	
1.1 As ações oficiais para mudar a realidade das escolas rurais.....	11
1.2. Os movimentos sociais e a renovação da educação rural	15
 CAPÍTULO II	
 O PROJETO BASE “ESCOLA ATIVA”: A PROPOSTA PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO MEC	
18	
 CAPÍTULO III	
 A ESCOLA ATIVA E A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO/A EDUCADOR/A DAS ESCOLAS DO CAMPO	
52	
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 30
 REFERÊNCIAS	 31

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir do interesse de investigar se o Programa Escola Ativa, programa do Ministério da Educação, proposto à escola presente na zona rural, onde predominam as classes multisseriadas, atende aos princípios pedagógicos da Educação do Campo.

Esse interesse surgiu a partir das contribuições da disciplina Educação do Campo ministrada pela professora Dr^a Lianna Melo Torres, ao abordar temas sobre as classes multisseriadas existentes na zona rural e os desafios enfrentados pelas mesmas, despertando em mim a curiosidade sobre o que vem sendo desenvolvido a fim de que a educação aconteça de forma eficaz nesse ambiente escolar.

A hipótese é que a implantação pelo MEC do projeto Escola Ativa nas escolas rurais de classes multisseriadas contraria o que define o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, como educação do campo. O Caderno SECAD 2 (2007)¹, enfatiza a ideia da Educação do Campo como a educação das pessoas que vivem na zona rural e, por isso, possuem interesses, motivações e necessidades diferentes daquelas que vivem na zona urbana, tornando o urbanocentrismo algo repensável.

Para Souza (2006), a Educação do Campo, segundo o MST, além de articular educação e trabalho, ressalta a necessidade do desenvolvimento de valores cooperativos entre as crianças, jovens e adultos, a fim de que isto facilite as discussões a respeito da organização das atividades produtivas no assentamento. Desse modo, a questão central é: Como o Projeto Base do Programa Escola Ativa (MEC/SECADI,2010) incorpora essa concepção de educação rural?

Desde a LDB de 1996, em seu artigo 28, preconiza o atendimento escolar no campo com uma atenção especial, voltada para as suas peculiaridades, levando em consideração os conteúdos curriculares e metodologias voltadas aos interesses dos educandos da zona rural, adequando o calendário escolar às atividades do homem do campo, às fases do ciclo agrícola, ao clima, enfim à natureza do trabalho na zona rural. Por conta dessa especificidade o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pensando numa educação diferenciada, traz a ideia da Educação do Campo como ato de “conceber uma educação básica do campo,

¹ Até o ano de 2010 a Secretaria criada pelo MEC para atender programas específicos de educação continuada, alfabetização de jovens e adultos e diversidade étnica racial foi representada pela sigla SECAD. Após o ano de 2010 acrescentou-se a essa secretaria as ações de inclusão de modo que alterou o seu nome e sigla: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI.

voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais” (FERNANDES, CERIOLI & CALDART, 2004, p. 27). Qual o lugar da compreensão da realidade social na qual o educando está inserido? Como reconhece e valoriza formas variadas de organização social? Observando o que enuncia a Educação do Campo pelo MST, o Programa Escola Ativa do MEC, conseguirá abarcar os diferentes ambientes rurais brasileiros? É possível atender as peculiaridades desses ambientes, em um país de dimensão continental e de várias realidades culturais, sociais e econômicas? Observando essa problemática é que essa pesquisa se propõe a investigar se o Programa Escola Ativa, programa do Ministério da Educação, atende aos princípios pedagógicos da Educação do Campo definidos pelo MST.

O objetivo da pesquisa toma a Análise Documental como uma metodologia viável para dar conta do estudo. Segundo Ludke e André (1986), a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental possui algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não exige altos custos, nem contato com os sujeitos da pesquisa e permite uma leitura aprofundada das fontes.

Desse modo foram realizadas leituras nos documentos oficiais, a exemplo dos Cadernos SECADI 2; pesquisas realizadas para elucidar propostas e práticas pedagógicas do MST na nova educação rural batizada pelo Movimento de Educação do Campo, bem como cadernos produzidos pelo próprio Movimento, sobre os princípios da Educação no MST. Por fim, estudamos o Projeto Base Escola Ativa e o Caderno de Orientações Pedagógicas para formação de educadoras e educadores, em busca de levantar coerências e contradições entre as propostas do MEC e do MST.

O trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo é abordado um histórico da Educação do Campo, a partir de análise de documentos do MST, os avanços alcançados, após a criação da Coordenação Geral da Educação do Campo na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, do Ministério da Educação, a importante contribuição dos movimentos sociais para estruturação de uma nova proposta de educação da zona rural, e as ações oficiais a fim de mudar a realidade das escolas.

O segundo capítulo traz uma reflexão sobre o Programa Escola Ativa, alicerçado em seu Projeto Base, retratando desde a sua implementação no Brasil, por influência do

escolanovismo Colombiano, as suas etapas de desenvolvimento (implantação, expansão e consolidação), e suas estratégias metodológicas para o desempenho do Programa, enfatizando as peculiaridades das classes multisseriadas existentes na zona rural.

No terceiro capítulo, tomando com base o Caderno de Orientações Pedagógicas para formação de educadoras e educadores (MEC/SECAD), resgatamos a formação continuada dos professores, trazida pelo Programa Escola Ativa como uma necessidade de ensinar aos professores a trabalharem usando o material didático fornecido pelo Programa como estratégias metodológicas para um melhor desempenho educacional nas classes multisseriadas.

CAPÍTULO I

COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO: A VERSÃO OFICIAL E A VERSÃO DO MST.

1.1. As ações oficiais para mudar a realidade das escolas rurais.

A Educação do Campo foi institucionalizada pelo Conselho Nacional de Educação, a partir das Diretrizes Educacionais para a Educação Básica do Campo (2002), na qual pleiteia uma educação diferenciada para as pessoas que vivem no campo.

O Caderno SECAD 2 (2007), ao resgatar a história da educação rural no Brasil, diz que o movimento da Educação do Campo trouxe para o debate nacional a necessidade de refletir sobre o conhecimento "universal", produzido pelo mundo dito civilizado, como algo que não deveria ser "imposto" à todos, uma vez que as necessidades e interesses das pessoas que vivem na zona rural são bem diferentes das que vivem nas cidades. Esse reconhecimento vai muito além do espaço geográfico, compreende as necessidades culturais, os direitos sociais, e a formação integral desses indivíduos. O debate sobre a educação rural trazido pelos movimentos sociais contradiz a ideia de que a educação rural se resume a localização das escolas, e a baixa densidade populacional nas regiões rurais, mas reafirma que o modelo de educação rural tem base escravocrata que os próprios brasileiros usaram para colonização do interior do país, na exploração dos trabalhadores rurais, gerando preconceito em relação aos povos que vivem e trabalham no campo.

Ao longo do tempo, os programas oficiais ofereceram a uma pequena parcela da população rural, uma educação instrumental, reduzida ao atendimento de necessidades educacionais elementares, e ao treinamento de mão-de-obra. Esse quadro será explicitado pelos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, quando da ênfase dada à necessidade de organização de uma escola democrática, defendem que todos tenham a mesma oportunidade e que a educação, seja no campo ou na cidade, tenha como base uma cultura geral comum.

No entanto, a educação brasileira sempre promoveu uma diferença entre a educação da elite e das classes populares, desde 1942, a Lei Orgânica da Educação Nacional já preconizava que os filhos dos operários, os “desvalidos da sorte”, deveriam ser formados como força de trabalho. Desse modo, quando o fluxo migratório do campo para a cidade

começa a perturbar a ordem, principalmente a partir da LDB de 1961, a educação rural será adotada como estratégia de contenção do fluxo migratório.

Anterior à instalação do Governo Militar, ocorreu um consistente movimento de educação popular, representado por educadores ligados a universidades, movimentos religiosos e partidos políticos de esquerda, que tinham por objetivo, incluir a participação política das camadas populares, inclusive as do campo, criando alternativas pedagógicas que se identificassem com a realidade do cotidiano do povo rural. No entanto, esses movimentos foram desarticulados pelo Governo Militar, instituindo o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), como programa oficial para alfabetização em massa, sem compromisso com a escolarização e desvinculado da escola.

Somente em meados da década de 1980, com o processo de distensão da Ditadura Militar é que os sindicatos de trabalhadores rurais, organizações comunitárias do campo, educadores ligados à resistência à Ditadura Militar, partido político de esquerda, sindicatos e associações de profissionais da educação, setores da igreja católica identificados com a teologia da libertação, passam a reivindicar reformas de base, a exemplo da Reforma Agrária, e com ela estabelecem um sistema público de ensino para o campo, enfatizando a educação como elemento de pertencimento cultural. (CADERNOS SECAD 2, 2007 p. 12)

Os movimentos sociais rurais, na medida em que avançam com a reforma agrária, reivindicam reverter as desigualdades educacionais historicamente construídas entre o campo e a cidade, e passam a defender uma educação a partir do campo e para o campo. Questionam não só a visão urbanocêntrica presente na educação da zona rural, mas também o lugar do campo no cenário nacional, ou seja, lugar de atraso, meio secundário e provisório, a serviço do desenvolvimento urbano-industrial.

A ideia de que crianças e adolescentes do campo possuem os mesmos interesses, motivações e necessidades daqueles que vivem nas áreas urbanas e que devem ser educados para uma futura vida na cidade, torna-se algo repensável. (CADERNOS SECAD 2, 2007 p. 13)

Essa crítica à educação e a escola rural que os movimentos de trabalhadores rurais trazem, será responsável pela construção de uma mudança de paradigma da educação rural para o da educação do campo, contra as propostas desenvolvimentistas para o campo, centradas no agronegócio e exploração indiscriminada dos recursos naturais. Programas como PRONATEC e EDURURAL-NE são representantes desses interesses governamentais, cujas

organizações assumiam um papel de assistencialismo e reparação elementar de mão-de-obra agrícola (CADERNOS SECAD 2, 2007 p. 14)

De acordo com Souza (2006, p.50) o termo “rural” e “campo” referente à educação possuem diferentes sentidos. O primeiro termo refere-se a ações voltadas para a superação do “atraso” do homem que vivia na zona rural. Já o termo “campo”, volta-se para ação dos movimentos sociais apoiados por parcerias institucionais, levando em consideração a valorização do homem que vive no campo, os seus laços culturais, e os seus valores relacionados à vida na terra.

O Cadernos SECAD 2 (2007), traz a instituição Coordenação Geral da Educação do Campo no âmbito da SECAD do Ministério da Educação, como um importante marco organizacional que demonstra a vontade do Governo Federal de consolidar a educação do campo como política pública permanente. No entanto, foi o PRONERA, (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) criado em 1988, no âmbito do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em parceria com instituições públicas de ensino superior e movimentos sociais do campo que ampliou e institucionalizou a participação dos movimentos sociais para o campo no CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável para Agricultura Familiar) e no GPT/MEC (Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo). A participação dos movimentos sociais nesses espaços oficiais de definição de políticas públicas vai trazer a crítica à educação rural instrumental, assistencialistas ou de ordenamento social.

Apesar do Caderno SECAD 2 (2007, p.17) trazer a Constituição de 1988, como um marco no que se refere a levar em consideração as especificidades da população do campo e que o FUNDEF, (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do ensino Fundamental e Valorização do Magistério) veio a acelerar o processo de universalização do acesso ao ensino fundamental, beneficiando também a educação nas escolas localizadas em zonas rurais, a educação rural se transformará em educação do campo oficialmente a partir de 2002 com a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, que surge como importante ferramenta em defesa de uma escola diferenciada e de uma formação de professores, que torne possível formas de organização da escola e a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas.

Com todos os avanços alcançados pela educação do campo, as dificuldades que as escolas do campo apresentam, de acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), não trazem mudanças significativas no que diz respeito a: insuficiência e precariedade das instalações da maioria das escolas;- dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de um sistema adequado de transporte escolar; falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento; ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade, dentre outras.

Na tentativa de superar essas dificuldades a SECAD passou a desenvolver ações para o fortalecimento da política nacional de educação do campo. Foram criados os Seminários Estaduais de Educação do Campo, cujo objetivo foi provocar a mobilização estadual e municipal, deflagrando ações conjuntas entre o setor público, os movimentos sociais e organizações não-governamentais a favor da elaboração co-participativa de políticas públicas de educação do campo. Foi incentivada a criação de comitês estaduais de educação do campo atuando em parceria como MEC. Também fora criado o programa Saberes da Terra, para atender com educação integrada a jovens e adultos, e elevar a escolaridade dos agricultores e familiares, proporcionando certificação correspondente ao ensino fundamental, integrada à qualificação social e profissional.

No que diz respeito à formação de professores o GPT/MEC indicou a necessidade de formulação de um plano nacional para formação dos profissionais da Educação do campo a fim de “estabelecer uma política nacional de formação permanente e específica dos profissionais da Educação do Campo que possibilite o atendimento efetivo das demandas e necessidades dos alunos, educadores, redes de ensino e comunidades do campo”(CADERNOS SECAD 2, 2007 p. 39).

Em 2006, outra importante conquista para a educação do campo foi a institucionalização da Licenciatura em Educação do Campo, cujo objetivo foi formar e habilitar professores para a docência multidisciplinar em escolas do campo. As primeiras turmas atenderam prioritariamente aos professores e outros profissionais da rede pública em exercício nas escolas do campo, como por exemplo, profissionais e pessoas que atuavam nos centros de alternância, ou em experiências educacionais alternativas de educação no meio

rural, bem como os jovens e adultos que estivessem desenvolvendo atividades educativas não-escolares nas comunidades do campo.

Através de uma parceria entre FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), as Secretarias de Educação estaduais, municipais e organizações não governamentais, tentam criar uma rede de apoio às escolas do campo. A Escola Ativa surge exatamente nesse momento como uma tentativa de adoção de materiais didático-pedagógicos para apoiar as escolas do campo, que a priori, foi compreendido como adequado ao processo de reestruturação curricular, organização do tempo e da aprendizagem dos usuários das escolas do campo.

1.2. Os movimentos sociais e a renovação da educação rural

O MST tem sido o movimento de trabalhadores rurais que mais produziu ideias sobre a escola que queriam para os assentados da reforma agrária. De acordo com Souza (2006, p.31) as primeiras discussões por parte de trabalhadores e assessores vinculados ao MST referente ao âmbito da educação surgiram no final dos anos 1980 a partir da necessidade de escola para crianças acampadas e para garantir escolas nos assentamentos que estavam surgindo. O Setor de Educação do MST foi criado em 1987, para comandar as ações educativas e construir uma proposta de educação do campo. Ainda em 1990, as bases dessa escola estão voltadas para as especificidades da educação do campo, considerando a necessidade de lutar pela escola pública no assentamento, mas sem abrir mão dos processos educativos não formais internos, por intermédio de reuniões, congressos, assembleias, cursos de formação e capacitação.

De acordo com Souza (2006, p.32) o ponto de partida do Setor de Educação foram questões relativas a:

(...) que tipo de pessoa queremos formar para nosso quadro; que objetivos específicos tem a escola nesta formação; quais os principais princípios e orientações metodológicas para os professores de assentamento; que tipo de professor é necessário para este tipo de escola, como deve ser a relação escola com o conjunto do assentamento; como deve ser a relação com o Estado e com outras entidades; quais os principais desafios para realizar esta proposta em todas as escolas de assentamento do MST? (MST, Setor de Educação, 1990, p. 3)

Ainda para Souza (2006, p.33) o MST produz o seu primeiro material sobre educação com o título “O que queremos com as escolas dos assentamentos”, destacando que deveria ser uma escola diferente nos objetivos, na organização, com ensino e conteúdo da história da luta pela conquista do assentamento.

No final dos anos 1990, a educação do MST passa a ter como propósito “conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais” (FERNANDES, CERIOLI & CALDART, 2004, p. 27).

Com uma educação centrada no trabalho, o MST tem como ponto de partida, a prática social dos envolvidos, visando a transmissão, problematização e construção de novos conhecimentos a partir da própria luta, das vivências do dia-a-dia, das ações que seus componentes participam, que possibilitam a argumentação das ideias contribuindo para a composição educativa do MST. Desse modo, o MST contribui para o surgimento de uma nova roupagem da educação popular nacional, enfatizando a necessidade de uma educação voltada para os interesses do povo, ou seja, uma educação onde o sujeito, e as suas condições particulares tornem-se o centro do processo educativo. O MST, passa preocupar-se especificamente com

(...) a articulação entre educação e trabalho, ressaltando a necessidade do desenvolvimento de valores cooperativos entre as crianças, jovens e adultos, para que isto facilite as discussões a respeito da organização das atividades produtivas no assentamento”. (SOUZA, 2006, p.40)

Segundo Souza (2006, p.50), os professores das escolas de assentamento assumem o desafio de ao invés de continuarem como meros transmissores de conhecimentos se lançarem em processos investigativos que propiciem a ampliação de seus conhecimentos e elaboração de novas estratégias educativas. A práxis manifesta-se no cotidiano de escolas de assentamentos, onde os educadores precisam estar imbuídos na criação de atividades direcionadas ao contexto vivido pelos alunos. Pode-se afirmar portanto, que o processo educativo no MST, toma como ponto de partida as reflexões em torno dos aspectos da realidade.

A proposta de educação do campo do MST vai se construindo através dos conteúdos trazidos pelos materiais pedagógicos, uma educação feita pelo povo, que tem o movimento social como agente de sua própria educação. Souza (2006, p.79) ao levantar os conteúdos dos cadernos identifica que a proposta do MST possui as seguintes características: origem nos

movimentos sociais dialogicidade e problematização no processo de elaboração dos materiais pedagógicos; a prática social dos sujeitos do movimento social e dos educadores; valorização das experiências dos sujeitos do processo pedagógico; fortalecimento da identidade de sem terra. Ao contrário da educação rural, que enxergava o ruralista como sujeito desfavorecido e carente, a Educação do Campo passa a valorizar a identidade sociocultural do mesmo, destacando as suas trajetórias sociais como fonte de aprendizagem. O MST enfatiza dois fundamentos da Educação do Campo: a superação da dicotomia entre rural e urbano; relações de pertença diferenciadas e abertas para o mundo. Como afirma Souza (2006, p.84): “Muitas vezes, na escola, são exaltados os aspectos da carência social enfrentada pelas crianças e jovens, deixando de lado as características da vida como exemplo de força, vontade, coragem, determinação, criatividade, sonhos”.

A autora salienta que a luta pelo MST começa na luta pela terra, mas com o passar dos anos foram percebendo que “projetar um novo tipo de sociedade” era necessário. E para isso observou-se que a luta pela educação tornara-se mais importante que a luta pela escola. O Movimento desenhou uma escola “diferente”, na qual a educação tradicional fosse substituída por um ambiente de interação, o sentar em rodas e o questionar aos alunos e a si próprio (professor), passa a fazer parte da rotina escolar, a fim de formar alunos mais críticos. A vinculação entre ensino e trabalho, também deveria fazer parte dessa escola “diferenciada”, para atender um grupo específico com suas características peculiares.

De 1991 à 1996, o MST produz sua proposta de educação do campo divulgada através de Cadernos Pedagógicos, fundamentadas nas ideias de Paulo Freire, especificamente sobre os temas geradores e sobre uma concepção de educação dialógica e problematizadora. Além de Paulo Freire, os materiais educacionais e o Projeto Político Pedagógico do MST sustentam-se no pensamento pedagógico de socialistas como Pistrak e Vygotsky, com reflexão sobre processos de aprendizagem na perspectiva sociocultural. A pedagogia do Movimento empreendido por Roseli Salete Caldart, com contribuições de Miguel Arroyo, contribui com suas reflexões para as propostas pedagógicas do MST. A partir de 1996 até os dias atuais (SOUZA, 2006) o MST passa a formular demandas e propostas educacionais com secretarias municipais de educação com governos estaduais, governos federais e com universidades, ou seja, MST investe nas parcerias, divulgando e defendendo no interior das instituições e órgãos públicos a sua ideia de educação do campo.

CAPÍTULO II

O PROJETO BASE “ESCOLA ATIVA”: A PROPOSTA PEDAGOGICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO MEC.

Nesse capítulo, a reflexão sobre o Programa Escola Ativa, foi feita com base no documento disponibilizado no site do MEC, intitulado “Escola Ativa - Projeto Base, Brasília – DF, 2010”.

O Programa “Escuela Nueva”, formulado na Colômbia, com influência do Escolanovismo, foi criado para atender as classes multisseriadas daquele país. Por incentivo do Banco Mundial, profissionais da área da educação no Brasil foram convidados a participarem na Colômbia de um curso sobre a estratégia “Escuela Nueva – Escuela Activa”. A partir daí, no ano de 1997, surge no Brasil a proposta de implantar essa estratégia metodológica, com intuito de auxiliar o trabalho do educador em classes multisseriadas, de modo que o programa é destinado ao atendimento das regiões com baixa densidade populacional, e precária qualidade educacional.

O Programa Escola Ativa - PEA, com assistência técnica e financeira do Projeto Nordeste/MEC, passa portanto, a fazer parte da metodologia utilizada por escolas com classes multisseriadas em vários estados do Norte/Nordeste (PE, PB, RN, CE, MA, PI), e posteriormente, os estados de Alagoas e Sergipe. Em 1999 o Projeto Nordeste chega ao fim, sendo substituído pelo Programa FUNDESCOLA, que passa a ser responsável pelo PEA.

Desde a sua implantação em 1997, o Programa foi sendo desenvolvido em três etapas. Na primeira etapa está o período de implantação e testagem, compreendido nos anos de 1997 e 1998, em estados da região Nordeste, caracterizado pela elaboração de Guias de Aprendizagem e capacitação dos educadores e a contratação de um Supervisor Pedagógico para acompanhar o trabalho nas escolas. A segunda etapa é a fase expansão, rompendo as fronteiras do nordeste, e alcançando as regiões Norte e Centro-Oeste, bem como em municípios que compunham as ZAP (Zonas de Atendimento Prioritário). A terceira etapa, vai em direção à consolidação do Programa, na qual estados e municípios reconhecem a efetividade da estratégia e recebem maior suporte para capacitar seus educadores e de dotar as escolas de estrutura e de Kit pedagógico.

Em 2007, passa a ser gerido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), ficando, portanto, sua gestão a cargo da Coordenação-Geral de Educação do Campo e não mais do FNDE/FUNDESCOLA. A Coordenação em parceria com as Instituições de Ensino Superior e das Secretarias Estaduais de Educação contribuem para a implementação e a disseminação/crescimento do Programa em todas as escolas rurais, inclusive as de assentamento de reforma agrária, de maneira que em 2008 extrapola as barreiras regionais e passa a atender as cinco regiões brasileiras.

O Programa possui como base legal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB 9394/96, a Resolução CNE/CEB as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo e a Resolução nº 02 que estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica do campo. A LDB de 1996, em seu artigo 23, diz que:

A educação básica poderá organizar-se e séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Ainda conforme a LDB de 1996, em seu artigo 28, preconiza-se que o atendimento escolar no campo, tenha uma atenção toda especial, voltada especificamente para as suas peculiaridades, levando em consideração os conteúdos curriculares e metodologias voltadas aos interesses dos educandos da zona rural, inclusive garantindo uma organização escolar própria, onde o calendário escolar deve adequar-se às fases do ciclo agrícola, ao clima, enfim à natureza do trabalho na zona rural.

Regulamentando a LDB 9394/96 as Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, em seu artigo 5º, assegura que “as propostas pedagógicas da escola do campo, respeitadas as diferenças e o direito a igualdade, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”.

O Programa Escola Ativa tem como objetivo: “aumentar o nível de aprendizagem dos educandos, reduzir a repetência, a evasão escolar e as taxas de conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental nas escolas multisseriadas do Campo” (ESCOLA ATIVA - PROJETO BASE, 2010, p.14). Além disso, apoiar os sistemas estaduais e municipais com classes multisseriadas, fortalecer o desenvolvimento das propostas pedagógicas e metodológicas

dessas classes, propiciar a formação continuada para educadores e disponibilizar materiais pedagógicos para o desenvolvimento da proposta pedagógica do Programa.

O Programa Escola Ativa originalmente não foi criado para se contrapor à educação rural, foi uma proposta de educação para auxiliar o trabalho educativo com classes multisseriadas. Na medida em que o Programa passa a ser de responsabilidade da Coordenação-Geral de Educação do Campo/SECADI, passa a ter como desafio o reconhecimento da realidade do campo, como fonte de suas reflexões e a superação de uma visão reducionista do campo. Quer dizer que a tentativa será de incorporar os princípios da Educação do Campo à proposta pedagógica inicial. Nessa perspectiva que se insere no Programa Escola Ativa, a proposta de que a aprendizagem ocorra por meio da ação humana e mediante a apropriação e reelaboração de conceitos.

Os conteúdos escolares são pensados para estabelecerem a relação especificidade/universalidade e na abordagem de temas que tratam de grandes problemas que afetam a vida cotidiana. A compreensão da linguagem e do conhecimento se faz a partir de sua consideração como mediação do processo de aprendizagem e de formação da mente e a busca de relações interdisciplinares do conhecimento e conteúdos articulados com o ensino e a pesquisa pedagógica (ESCOLA ATIVA - PROJETO BASE, 2010, p.20).

Segundo o Projeto base tenta adequa-se à Educação do Campo, na medida em que expõe que deve possuir:

(...) vínculo orgânico entre processos educativos, políticos, econômicos e culturais; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação voltada para valores humanistas e educação como um processo permanente de formação e transformação humana (ESCOLA ATIVA - PROJETO BASE, 2010, p.20).

A metodologia do PEA, originalmente inspirada no escolanovismo, o projeto base brasileiro, coordenado pela SECADI, prima por uma articulação entre teoria e prática, uma metodologia problematizadora, onde acontece o levantamento de problemas, a problemática em sala de aula das questões identificadas na realidade, a teorização, a definição de alternativas de solução e aplicações de ações de intervenção.

Na busca de estratégias educativas apropriadas aos princípios da educação do campo, o Projeto Base propõe o envolvimento entre escola e comunidade sugerindo que cada povo (ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, agricultores e indígenas) dê sua contribuição

para que, no processo educativo, seja levado em consideração as formas de organização do trabalho, já que a proposta de Educação do Campo do MST defende que a educação deve estar voltada para o trabalho, organização social e a cultura. Os idealizadores da proposta brasileira defendem no Projeto Base que os povos do campo possam ter como foco uma educação que não prepare apenas para a vida na cidade, mas que os eduquem também para saberem lidar com questões encontradas no campo, levando em consideração as suas especificidades.

A partir dessa ideia de Educação do Campo, o Projeto Base assume o processo educacional como uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade e a escola do campo como parte fundamental de um novo projeto político de desenvolvimento. A educação rural passa a ser constituída, a partir da luta dos movimentos sociais, como um espaço institucional fundamental para recuperar as condições humanas dos povos do campo, concretizado através do estímulo à auto-organização dos estudantes.

No que diz respeito ao professor, o Projeto Base enfatiza a valorização profissional da educação escolar através do incentivo à busca de condições necessárias à formação inicial e continuada, bem como o enfoque para “remuneração, acompanhamento pedagógico, possibilidades de intercâmbio e formas de aprendizagem em serviço, estudo da diversidade e dos processos de interação e de transformação do campo” (ESCOLA ATIVA - PROJETO BASE, 2010, p.22). O professor tomado como “condutor” do estudo da realidade, cujo papel é “promover circunstâncias de envolvimento e comprometimento dos educandos com o estudo e ação sobre a realidade local, valorizando-se os povos do campo”.

Por se tratar de um trabalho com multisserias, o PEA estimula o educador a lidar com diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo e ritmos de aprendizagem, enfatizando a necessidade de uma maior diversidade de atividade através de trabalhos individuais e em grupo. No Projeto Base é acrescida a ideia de “propiciar condições para o trabalho com as diferenças regionais e com as populações que constituem os povos do campo, tendo como propósito contribuir para a superação da visão tradicional e preconceituosa sobre o espaço rural e seus habitantes” (ESCOLA ATIVA - PROJETO BASE, 2010, p.23).

Referindo-se à organização do ensino o Programa Escola Ativa sugere alguns elementos, a fim de que o trabalho multisseriado alcance o objetivo desejado, são eles: formação adequada para o educador, condições de acompanhamento pedagógico por parte dos sistemas de ensino às escolas, a adoção de material didático pedagógico e a elaboração de um Projeto Pedagógico, que atenda a complexidade implícita nesta forma de organização escolar.

Corroborando com essa ideia as Diretrizes Complementares, referindo-se à forma de organização específica, em classes multisseriadas afirma em seu Artigo 10, Parágrafo 2º que:

As escolas multisseriadas para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional necessitam de educadores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamento adequado, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente.

Partindo do princípio de que não se pode trabalhar com classes multisseriadas da mesma forma que as seriadas, o PEA, sugere formas alternativas de organização e funcionamento dessas turmas, propondo que se trabalhe alternadamente com os grupos envolvendo todas as séries, possibilitando às crianças a cooperação, comprometimento, troca de conhecimento e experiências. A presença de um monitor, a escolha dos alunos, para auxiliar o educador, que o educador adote em sua prática pedagógica aulas expositivas e no quadro de giz para coordenar, orientar, expor, propor, direcionar e acompanhar as atividades dos estudantes, levando em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem e que, sob a orientação do educador, os alunos sejam estimulados à responsabilidade e autonomia.

Segundo o Projeto Base da Escola Ativa, o material didático e pedagógico utilizado pelo Programa é composto por Caderno de Orientação Pedagógicos para os educadores, livros didáticos para educadores e educandos, e Kits pedagógicos compostos por materiais tais como: esqueleto humano, globo terrestre, alfabeto móvel cursivo, jogo memória de sílaba, jogo alfa-numérico, jogo de xadrez, dentre outros. O material pedagógico do Programa é apresentado em forma de Cadernos de Ensino-Aprendizagem, livros específicos por disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Alfabetização, podendo os alunos desenvolver parte de suas atividades em casa e outra em classe, proporcionando-lhes autonomia, sem dispensar a orientação do professor. Esses Cadernos estão divididos em Atividades Básicas (A), Atividades Práticas (B) e Atividades de Aplicação e Compromisso (C), possibilitando a construção do conhecimento coletivo e individual. Por intermédio dos Cadernos de aprendizagem os conhecimentos prévios dos alunos são abordados através de situações reais, da vivência dos alunos, estimulando-os à aquisição de novos conhecimentos.

A relação entre teoria e prática também está presente nos Cadernos, propiciando o confronto entre os saberes, a construção e reconstrução de aprendizagens, e possibilitando aos alunos, usaremos conhecimentos construídos na escola, com os outros alunos, na família e na comunidade. Outra estratégia Proposta pelo Projeto Base são os Cantinhos de Aprendizagem:

Espaço Interdisciplinar de Pesquisa. Trata-se de uma secção na qual serão reunidos materiais de pesquisa, construídos pelos alunos, professores e comunidade, que devem ser usados como subsídios para as aulas, proporcionando momentos de experimentação, comparação e socialização de conhecimentos.

O Colegiado Estudantil é também uma organização prevista pelo Projeto Base, o qual deve ser constituído por um coletivo de representantes dos Comitês, a fim de fortalecer a gestão democrática da escola e a participação dos alunos e da comunidade, tendo como função estimular a auto-organização dos estudantes a tomada de decisões coletivas. Nesse sentido, a interação escola/comunidade é mais um elemento curricular proposta no Projeto Base por meio de atividades relacionadas à vida diária, ao ambiente natural e social, a vida política e cultural, e as condições materiais dos alunos e comunidade.

A criação de Micro-centros é uma das estratégias recomendadas no Projeto Base, a fim de proporcionar troca de experiência entre os educadores e outros professores. Os Micro-centros constituem um espaço para teorização, estudos, reflexões, construção e apropriação de novos conhecimentos, trocas de experiências e vivências, desencadeando um processo de avaliação e auto avaliação (ESCOLA ATIVA - PROJETO BASE, 2010, p.45).

A interação Escola/Comunidade pressupõe a escola como parte da comunidade e, por isso, precisa desenvolver atividades educativas e culturais ligadas à vida política, e as condições matérias dos alunos e da comunidade. O Conselho Escolar, composto por representantes de pais, educadores, funcionários e educandos, eleitos em reuniões ou assembleias, e que passam a ter como atribuição tratar questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, voltadas à comunidade escolar.

Para o PEA, a gestão democrática encontra-se concretizada como elemento curricular, através do Colegiado Estudantil e de outros instrumentos de participação que chamam os educandos para assumir responsabilidades partilhadas pela escola e a comunidade. O Colegiado Estudantil deve ser formado pelos educandos que atuam como cogestores da escola, visando a construção de autonomia por parte dos estudantes e tem como função: “estimular a auto-organização por meio de decisões coletivas, do planejamento e da execução de tarefas assim como da coordenação de assembleias” (IDEM, p.43).

A instituição e organização do Colegiado compreendem algumas fases, a primeira é a sensibilização, período esse onde os educadores orientarão, sobre a importância, função, finalidade e organização do Colegiado. A organização e implantação do Colegiado é a segunda fase desse processo, onde é planejada e realizada a primeira Reunião Geral,

direcionada pelo educador e o representante do Conselho Escolar, onde serão definidos os Comitês de Trabalho, levando em consideração as necessidades da escola. Diversos tipos de Comitês poderão ser criados, tais como: Comitê de Atividades Culturais, Comitê do Meio Ambiente, de Recreação, dentre outros, de acordo com a necessidade local (IDEM, p. 45). Periodicamente ocorre a avaliação do processo em reuniões para redefinição dos planos de ação.

(...) na elaboração e no desenvolvimento do projeto Político Pedagógico, a escola não pode deixar de refletir sobre o tipo de relação que pretende e que deve manter com o meio social no qual está inserida, uma vez ciente de que influencia e é influenciado por esse meio (IDEM, p. 50)

A interação entre escola/comunidade é um dos eixos norteadores do Programa Escola Ativa. Compreende-se que a partir do diálogo entre essas duas instâncias, torne-se possível a formação do ser humano comprometido com a transformação social. Alguns instrumentos são propostos pelo Programa, a fim de oportunizar o processo educativo maior conhecimento da realidade da comunidade, onde a escola está inserida. São eles: Assembléia Geral, Dia das Conquistas (pelos educandos), Oficinas, Palestras informais e Eventos de Integração Social. Atividades como Croqui (Mapa da comunidade), Monografia da comunidade, Ficha Familiar e Calendário de Produção tem construindo para participação da comunidade em questões escolares (IDEM, p. 52).

A formação continuada dos educadores que atua em classes multisseriadas é de responsabilidade da União, Estado e Município, sendo este primeiro o responsável por articular-se com Instituições Superiores. Contando com a colaboração do MEC. O Curso de Formação do Programa Escola Ativa ocorre nos estados e no Distrito Federal, sob a responsabilidade de Instituições Públicas de Educação Superior- IPES, com carga horária de 240 horas.

A gestão do Programa é feita pelo Ministério da Educação em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação e uma instituição ensino superior como colaboradora da gestão do programa. Está também previsto no Projeto Base a criação de uma Comissão Estadual, composta por representantes dos municípios e Universidades, ficando a cargo da UNDIME. O controle social do PEA deverá ser feito pelo Comitê Estadual de Educação do Campo de cada Estado. A adesão de estados e municípios ao Programa deve ser feita através do PAR (Plano de Ações Articuladas), por intermédio de endereço eletrônico.

CAPÍTULO III

A ESCOLA ATIVA E A PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO/A EDUCADOR/A DAS ESCOLAS DO CAMPO.

Esse capítulo foi construído com base nas informações contidas no Caderno de Orientações Pedagógicas (MEC/SECADI, 2010) para formação de educadoras e educadores que seriam capacitados para atuar no Programa Escola Ativa. De acordo com as instruções contidas no Caderno (IDEM, p.20) na abordagem do conhecimento os educadores deveriam levar em consideração que: a aprendizagem ocorre através da apropriação ativa e criativa; o conhecimento e os saberes devem ser traduzidos e adequados às possibilidades sócio-cognitivos dos educandos; o aprofundamento dos conhecimentos dos educadores sobre as teorias pedagógicas que possibilitam a compreensão do fenômeno educativo; a interdisciplinaridade como uma de suas estratégias metodológicas; a articulação contínua entre ensino e pesquisa.

A escola rural desde sua criação é multisseriada, essa tem sido uma característica/modelo de escola do campo, que reúne em um mesmo espaço um conjunto de séries do ensino fundamental. Essas escolas são na maioria das vezes unidocentes, onde um único professor assume várias tarefas (merendeiro, diretor, servente, psicólogo, enfermeiro, vigia). Esse isolamento é colocado como um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores de classes multisseriadas.

Outro grande problema apontado no Caderno (Idem, p.25) a ser enfrentado pelas classes multisseriadas, é o fato dos seus educadores não possuírem muito vínculos com essas escolas, já que os mesmos na maioria das vezes não fazem parte da localidade, e por sua vez, não conhecem a essência do homem do campo.

Desse modo, entende-se que os problemas são complexos e o professor está, portanto, no centro de toda a problemática, necessitando não só de capacitação para o trabalho multisseriado, mas também de valorização através de plano de carreira, cargos e salários dando o verdadeiro reconhecimento para esse profissional, que tem que se desdobrar a fim de garantir o funcionamento da escola. O Caderno (Idem, p.25) aponta que os educadores das classes multisseriadas almejam a criação de políticas públicas que dêem garantia a qualidade do seu trabalho, de maneira que apoiem a política de “nucleação”, onde prega-se o fechamento das escolas unidocentes e multisseriadas, a fim de deslocar os alunos para um

único local, acomodando crianças e jovens em uma única escola. Se isso resolveria o problema dos professores, pode também gerar consequências sociais, econômicas e culturais causados pelo fechamento da escola e pela necessidade de transporte dos alunos para outras localidades.

As pesquisas sobre as classes multisseriadas que falam sobre as estratégias usadas pelos professores para o trabalho com essas classes, relatam que usualmente os professores têm organizado várias fileiras ou cantos seriados, onde se possa trabalhar separadamente. Eles também fazem vários planejamentos, fragmentando os conhecimentos por série e reduzindo o tempo na escola com cada grupo de educandos. No entanto, para além dos pontos negativos, existe uma expectativa em relação ao trabalho em classes multisseriadas no que diz respeito, principalmente, a possibilidade dos alunos orientarem os seus colegas nas atividades escolares.

Segundo o Caderno de Orientação Pedagógica (MEC/SECADI,2010) para formação de educadoras e educadores, o PEA, se propõe a desenhar um modelo de organização escolar materializado na integração das várias séries, tempo, espaço e conteúdos, que seja coletivo e que reconheça também diversidade étnica, cultural, política, religiosa e ambiental, buscando condições para o acesso e permanência dos estudantes nas escolas do campo. A valorização do professor da educação do campo torna-se um fator indispensável para o desempenho das classes multisseriadas, estimulando a formação inicial e continuada dos educadores, além de ressaltar a importância da valorização de remuneração, acompanhamento pedagógico e de possibilidades de intercâmbio e aprendizagem em serviço. Há um incentivo a atividade extra-escolar no Programa, através da organização interdisciplinar dos conteúdos e da relação dos conhecimentos que os educandos já possuem, conciliados aos conteúdos escolares. Segundo o Programa Escola Ativa,

(...) a organização por série pode ser substituída, em muitas ocasiões por trabalhos em grande grupo, que envolvam a abordagem de um tema para todos, com diferentes níveis de envolvimento por etapa de desenvolvimento das crianças. As crianças também são estimuladas pelo trabalho coletivo, exercitando diferentes possibilidades de cooperação, de comparação e de troca de experiências e conhecimentos. (IDEM, p. 34)

O Programa defende que a prática pedagógica, a fim de colaborar com a aprendizagem dos alunos, deve considerar o estudante como sujeito histórico marcado pelo processo social; a realidade como o ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem, para propor ações

transformadoras; considerar os conhecimentos do senso comum, os saberes individuais e comunitários como ponte para os conceitos científicos; incentivo ao trabalho coletivo.

O Programa Escola Ativa, busca auxiliar o trabalho do educador em sala de aula considerando que a presença de crianças mais experientes em contato com crianças menores pode se tornar também fonte de aprendizagem, para isso foram elaborados os Cadernos de Ensino e Aprendizagem, e os Livros Específicos por disciplinas (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Alfabetização), especificamente para as classes multisseriadas onde os educandos por orientação dos professores podem desenvolver as atividades em classe, ou fora dela. Esse material didático é tratado como uma ferramenta auxiliar no trabalho simultâneo com várias séries, com características interdisciplinar, mantendo uma relação com aquilo que os alunos já conhecem.

Os Cadernos de Ensino e Aprendizagem utilizados pelos educandos são considerados como um “espaço formador” e são compostos por atividades sequenciais: Atividades Básicas (A), Atividades Práticas e Atividades de Aplicação e Compromisso Social (C), atividades essas que possibilitam a construção do conhecimento individual e promover a aprendizagem coletiva, o confronto de ideias, o estímulo a pesquisa, a consulta, e a provocar questionamentos incentivando nos alunos uma autonomia (IDEM, p.57). As Atividades Básicas exploram os conhecimentos prévios dos alunos, as práticas têm por objetivo consolidar os conhecimentos e a aplicação do aprendizado por intermédio de projetos e pesquisas iniciados na Atividade Básica, e as Atividades de Aplicação e Compromisso Social, permite ao educando a aplicação dos conhecimentos adquiridos em situações reais, em sua classe, com a família ou na comunidade. Portanto, os Cadernos de Ensino e Aprendizagem, objetivam:

(...) articular os conhecimentos já consolidados pela criança e os processos mentais, já estabelecidos, desafiando-a, estimulando-a a construir estágios mais elevados de raciocínio na relação com outros (estudante, educador, comunidade, entre outros), colocando em movimento vários processos de desenvolvimento que sem essa articulação seria impossível ocorrer (IDEM, p.60)

Os Cadernos de Ensino e Aprendizagem tem como fundamento o fato de que o ser humano e sua mente são constituídos no ambiente social em que vivem e a escola é vista pela Educação do Campo, como principal local de acesso ao conhecimento sistematizado, riqueza cultural e conquistas científicas. Vale ressaltar a importância de se conhecer a realidade, mas de também aprofundar os conhecimentos, a partir da mesma, ou seja, o cotidiano é o ponto de

partida para a aquisição dos novos conceitos. A educação escolar se constitui em uma atividade mediadora entre o saber cotidiano e o saber científico.

O Cantinho de Aprendizagem é uma estratégia metodológica utilizadas pelo PEA, como um espaço que permite o diálogo entre os diferentes saberes, proporcionando a interdisciplinaridade e favorecendo a apropriação e a sistematização do conhecimento e a parceria entre educandos e educadores: “Os cantinhos são espaços na sala de aula a partir dos quais educadoras (es) podem promover atividades de pesquisa, observação, comparação, experimentação, análise e manuseio de materiais concretos, entre outros recursos”(IDEM, p.54). O Cantinho de aprendizagem propõem que os materiais de uso dos alunos estejam organizados de forma acessível, que as produções tanto individuais quanto coletivas produzidas nele sejam dispostas nas paredes dos Cantinhos, que os materiais utilizados sejam sempre atualizados e que o espaço esteja sempre limpo e organizado, a fim de propiciar um ambiente de estudo agradável (IDEM, p. 55)

Os Cantinhos de Aprendizagem, considerados espaços interdisciplinar de pesquisa, reúnem materiais de pesquisa e subsídios (livros, plantas, objetos sócio-culturais, etc), para as aulas, espaços esses que propiciam a experimentação, comparação e socialização do conhecimento. Torna-se importante frisar que todo o material que compõe esses Cantinhos precisam ser montados com a participação de educandos, educadores e comunidade, tornando-se assim um espaço vivo de fonte de recursos pedagógicos.

A organização e funcionamento das turmas multisseriadas propostas pelo Programa Escola Ativa (IDEM, P. 40), sugere que se trabalhe alternadamente com grupos, com todas as séries e entre séries; que em cada grupo tenha um monitor, escolhido pelos educandos, que auxiliará o trabalho do educador; que o educador resigunifique sua prática pedagógica, deixando a prática centrada basicamente em aulas expositivas e no quadro de giz, para coordenar, orientar, expor, propor, dirigir e acompanhar as atividades dos educandos; que o educador estimule os alunos para o desenvolvimento da responsabilidade e autonomia; que os educandos e educadores articulem todos os elementos da metodologia (Cadernos de Ensino e Aprendizagem, Colegiado Estudantil, Cantinhos de Aprendizagem e Comunidade).

O Programa incentiva que o planejamento escolar seja com a participação da comunidade, permite o resgate de elementos necessários para o trabalho pedagógico, tal como conhecer a comunidade onde a escola está inserida, e as crianças que serão assistidas pela mesma. Sugere uma metodologia que se relacione, organize e sistematize as atividades encontradas nos cadernos de Ensino e Aprendizagem, articulados também com outras fontes de pesquisa, a fim de se ampliar o tema abordado em sala de aula.

O planejamento deve ser elaborado nos encontros no Microcentro, devem partir de “situações pedagógicas da sala de aula, possibilitando o surgimento de outras questões, com as orientações e as intervenções necessárias” (IDEM, p. 63). A ligação entre o saber popular e o conhecimento científico, deve ser levada em consideração no planejamento escolar, por isso é necessário estabelecer momentos de troca de informações e experiências, discussão e aplicação de conhecimento, intercâmbio de ideias, como oportunidades de ensino e aprendizagem para educadores e supervisores que atuam em classes multisseriadas.

No que diz respeito à avaliação faz parte do processo ensino-aprendizagem das classes multisseriadas, é necessário ser entendida como um processo participativo e democrático, já que abrange todos os momentos e sujeitos do trabalho educativo. O Programa sugere que não deve ser um instrumento de discriminação e seleção social, mas que esteja a serviço da superação das necessidades educacionais dos educandos, uma vez que o ato de avaliar deve ser subdividido em avaliação diagnóstica, processual, participativa, cumulativa e emancipatória. As informações obtidas a partir desse processo deve ser descrita pelo educador, em Caderneta, para entregar à Secretaria de Educação (IDEM, p.68)

Ao invés das notas o Programa traz uma Ficha de Acompanhamento e Progresso (FAP), na qual são registrados os resultados das avaliações para acompanhamento e promoção dos alunos, são utilizadas juntamente com as páginas das atividades dos livros dos educandos, preenchidas pelos mesmos. Além desses instrumentos o PEA também sugere a utilização de outros instrumentos que auxiliem no processo de avaliação dos educandos, tais como: portfólios, seminários, avaliações globais por unidade, observação direta dos trabalhos desenvolvidos, dentre outros. Vale ressaltar que em qualquer época do ano letivo o aluno poderá ser aprovado, a sua progressão para outra série/ano dependerá do seu ritmo de aprendizagem e avanços nas áreas curriculares trabalhadas pelo Programa.

Concluindo, o processo de formação proposto pelo Programa Escola Ativa trata de apresentar aos professores das escolas rurais uma proposta pedagógica de classe multisseriada potencializando os conhecimentos tanto dos educadores, quanto dos educandos. De forma ativa e criativa o conhecimento e os saberes devem ser aprofundados e traduzidos em estratégias metodológicas que privilegiem a interdisciplinaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de aulas ministradas pela professora Dr^a Lianna Melo Torres, trazendo a discussão temas sobre a Educação do Campo no MST, as classes multisseriadas e o Programa Escola Ativa, surgiu uma inquietação a fim de tentar entender de que forma um Programa elaborado a nível nacional, poderia atender as peculiaridades das mais diversas localidades onde propunha-se implantar o programa Escola Ativa. Em priori, a idéia de impossibilidade para que isso acontecesse foi algo notório.

Para tentar buscar responder com mais propriedade essa e algumas outras indagações, buscou-se por intermédio de análise documental verificar se as propostas educacionais do MST e do Programa Escola Ativa, caminham em uma mesma direção.

De acordo com os materiais estudados, pôde-se observar que o Programa Escola Ativa, teoricamente falando, corresponde aquilo que é proposto pela Educação do Campo no MST.

Aspectos como utilizar as experiências vividas pelos educandos como estratégia de aprendizagem, aproximar o educador da realidade local, estimular a interação entre escola e comunidade, incentivar a produção dos materiais pedagógicos de forma conjunta, apregoar uma educação voltada para o trabalho, dentre outros pontos, demonstram a concomitância entre ambas as propostas educacionais.

Vale ressaltar que todos esses aspectos supracitados, fazem parte das propostas teóricas feitas tanto pela Educação do Campo no MST, quanto pelo Programa Escola Ativa, tornando-se necessário investigar mais de perto, a possibilidade de que venham a ocorrer na prática, devendo ser levado em consideração, as diferenças sociais, culturais e econômicas onde das regiões onde o Programa for implantado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

Caderno de Orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores / - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. (Programa Escola Ativa).

Cadernos SECAD 2. **Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradigmas**. Ministério da Educação. Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília – DF. 2007.

Escola ativa - **projeto base**. 2ª edição, Brasília-DF, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. **“Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução CNE/CEB nº 02**, de 28 de abril de 2008 – Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Princípios da Educação no MST. Caderno de Educação Nº 8. Reforma Agrária: **Semeando Educação e Cidadania**.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo : propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.